CULTURA

Secretário: ANTONIO ANGARITA
Respondendo pelo expediente
Rua Mauá, 51 - Luz - Fone: 221-5117

GABINETE DO SECRETÁRIO

Retificação do D.O.
No Despacho do Secretário, de 18-11-98, Processo SC: 1821/98. Onde se lê:
Decreto n.º 20.955, de 1º de junho de 1993. Leia-se: Decreto n.º 20.955, de 1º de junho de 1983

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Secretário: FLÁVIO FAVA DE MORAES
Av. Rio Branco, 1.269 - Campos Elísios - Fone: 220-0033

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Resumo de Alteração de Contrato
Processo SCTDE - 381-97. Contratante: SCTDE. Contratado: IPT. Alteração - 2º Parecer Jurídico: CJ-SCTDE - 141-98. Objeto da alteração: para constar que o prazo de vigência do contrato passa a ser de 346 contados de sua assinatura. Cláusulas retificadas: 2ª e 3ª. Data da assinatura da alteração: 20-11-98

ESPORTES E TURISMO

Secretário: MARCOS ARBAITMAN
Praça Antonio Prado, 9 - Centro - Fone: 239-5822

GABINETE DO SECRETÁRIO

Termo de Aditamento
Contrato 5/96 - Contratante: o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Esportes e Turismo Contratada: Alsa Fort - Segurança S/C Ltda. - Objeto: Prorrogando pelo prazo de 12 (doze) meses a partir de 02/01/98, o contrato nº 005/96, celebrado entre a Secretaria e a empresa em questão
Processo: SET nº 691/96

Autorização: Secretário
(Publicado novamente por ter saído com incorreção.)
Comunicado
Considerando as disposições do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei Federal 8.883/94, indicamos a seguir os pagamentos necessários ao desenvolvimento das atividades das unidades gestoras da Pasta que devem ser providenciados de imediato, visando assegurar condições para realizações dos programas desta Pasta bem como o apoio administrativo, cujo não cumprimento implicará em prejuízos de ordem interna e externa.

UGE Nº	PD Nº	VENCIMENTO	VALOR
240101	00512	10.11.98	17.319,54
240103	00393	25.11.98	19.000,00
240103	00394	25.11.98	4.000,00
240104	00852	26.11.98	1.200,00
240104	00853	26.11.98	175,08
240104	00854	26.11.98	122,30
TOTAL GERAL			41.816,92

HABITAÇÃO

Secretário: FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO
Av. Brig. Faria Lima, 2.954 - Jardim Paulistano Fone: 829-5911

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria SH-34, de 13-11-98
O Secretário da Habitação, com fulcro nas disposições contidas no artigo 273 e seguintes da Lei 10.261/68, com base no V. Acórdão da Colenda Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de 08 de julho de 1997, publicado no D.O. de 15/08/97, Processo TC- 18852/026/96, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato celebrado entre a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, e a MÚLTIPLA ENGENHARIA LTDA., bem como as despesas decorrentes, aplicando-se à espécie o disposto nos incisos XV e XXVII, artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93 e no inciso XII, artigo 103, da Lei Complementar 734/93, decisão mantida pelo Egrégio Tribunal Pleno, Sessão de 20.05.98,

Determina:
A instauração de SINDICÂNCIA, para apuração da ocorrência das apontadas irregularidades na concorrência pública e no contrato celebrado entre a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU e a MÚLTIPLA ENGENHARIA LTDA., e nas despesas decorrentes, bem como para apuração dos prejuízos porventura causados à Administração Pública, designando para a condução dos trabalhos, a COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE da Pasta, integrada pelos Senhores: RICARDO GOMES CORREA, R.G. 3.212.982, Procurador de Estado Nível III; NORMA SUELY VALENTE R.G. 5.099.556, Assistente de Planejamento e Controle II; FRANCISCO OTÁVIO DE JORGE, R.G. 8.479.400, Assistente Técnico de Gabinete II, sob a presidência do primeiro, conforme Resolução SH nº 089, de 20/10/98, publicada em 12.11.98.

Indica, ainda, a funcionária SILVIA EMÍLIA DA SILVA, R.G. 4.451.373-59, Oficial Administrativo, para secretariar os trabalhos na forma prevista no

artigo 282, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Deverá ser observado o prazo de trinta dias, previsto no artigo 276 da Lei nº 10.261/68, comunicando-se o início dos trabalhos ao Tribunal de Contas e à Procuradoria da Fazenda, junto àquela Corte.

Republicada por ter saído com incorreção

GRUPO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS

Ata da 44ª Sessão Ordinária, de 17-11-98
Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e oito, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2954 - 3º andar, realizou-se a Quadragésima Quarta Sessão Ordinária do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais, sob a Presidência da Senhora Cibele Riva Rumel. Presentes os Senhores Representantes conforme a competente lista de presença. Às dez horas havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se à apreciação dos itens constantes da ordem do dia: 01 - Leitura e discussão da Ata da 43ª Sessão Ordinária, a qual posta em votação foi considerada aprovada. 02 - Leitura da correspondência recebida. 03 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 2471 referente ao Loteamento "Aldeia do Martim", no Município de Caraguatuba, tendo como interessada Aldeia do Martim Empreendimentos S/C Ltda. Por solicitação do Representante da CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 24/11/98. 04 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 2619 referente ao Loteamento "Jardim Alto da Vila Patti", no Município de Novo Horizonte, tendo como interessada a Associação Habitacional Novo Horizonte. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB e SABESP consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 436/98. 05 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 2983 referente ao Loteamento "Jardim Vantini III", no Município de Pirapozinho, tendo como interessado Gleson Sampaio Lopes. Após discussão o projeto foi indeferido pelo Representante da SABESP. 06 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3068 referente ao Condomínio "Vila Rio", no Município de Guarulhos, tendo como interessada a Construtora Gautama Ltda. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB, ELETROPAULO, Corpo de Bombeiros e EMLASA consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 437/98. 07 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3072 referente a Regularização do Conjunto Habitacional "Arandu B", no Município de Arandu, tendo como interessada a CDHU. Por solicitação do Representante da CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 24/11/98. 08 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3122 referente ao Loteamento "Portal das Pitas", no Município de Tambau, tendo como interessados Diaulas de Carvalho Pereira e outra. Após discussão o projeto foi indeferido pelo Representante da CETESB. 09 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3136 referente ao Loteamento "Condomínio Vista Alegre", no Município de Pedreira, tendo como interessados Pedro dos Santos Gouveia e outros. Por solicitação dos Representantes da Secretaria do Meio Ambiente e CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 24/11/98. 10 - Análise do Recurso do protocolo 3174 referente a Regularização do Loteamento "Praia da Enseada", no Município de Sales, tendo como interessada a Associação Habitacional Novorizontino. Após discussão e tendo sido dado provimento ao recurso os Representantes da Procuradoria Geral e Secretaria do Meio Ambiente apresentaram exigências técnicas. 11 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3176 referente ao Loteamento "Jardim Presépio da Serra", no Município de Itatinga, tendo como interessado Dario Manduca Ferreira. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB, CPFL e SABESP consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 445/98. 12 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3180 referente ao Loteamento "Parque Igaçaba", no Município de Araraquara, tendo como interessada A M S Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB e CPFL consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 438/98. 14 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3189 referente ao Loteamento "Jardim Itapua", no Município de Rio Claro, tendo como interessada Franscar Participações e Comércio Ltda. Por solicitação do Representante da CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 24/11/98. 15 - Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3194 referente ao Loteamento "Portal do Alto", no Município de Ribeirão Preto, tendo como interessados Luiz Gonzaga Guimarães Paiva e outros. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB e CPFL consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 439/98. 16 -

Análise das Exigências Técnicas do protocolo 3309 referente ao Loteamento "Residencial Pedreiras II", no Município de Pedreiras, tendo como interessada a COHAB/CRHS. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB, CPFL e SABESP consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 447/98. 17 - Análise da Reabertura do protocolo 2873 referente ao Loteamento "Colina Cintra Franco", no Município de Socorro, tendo como interessados Saturnino Antonio Cintra Franco Júnior e outros. Após discussão o Representante da CETESB apresentou exigências técnicas. 18 - Análise da Reabertura do protocolo 2998 referente ao Loteamento "Jardim Santa Luzia", no Município de Mococa, tendo como interessada São José Empreendimentos Imobiliários de Mococa Ltda. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB e SABESP consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 440/98. 19 - Análise do protocolo 3258 referente ao Loteamento "Recreio Campo Verde", no Município de Ibiuna, tendo como interessada Bom Sucesso Empreendimentos e Incorporações Ltda. Após discussão o Representante da Secretaria do Meio Ambiente apresentou exigências técnicas. 20 - Análise do protocolo 3321 referente a Regularização do Conjunto Habitacional "Miguelópolis C", no Município de Miguelópolis, tendo como interessada a CDHU. Após discussão o Representante da CETESB apresentou exigências técnicas. 21 - Análise do protocolo 3322 referente a Regularização do Conjunto Habitacional "Mogi Mirim B", no Município de Mogi Mirim, tendo como interessada a CDHU. Por solicitação do Representante da CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 15/12/98. 22 - Análise do protocolo 3323 referente ao Loteamento "Parque das Oliveiras I", no Município de Ribeirão Preto, tendo como interessada Balbo Construções S/A. Após discussão o projeto foi indeferido pelo Representante da Procuradoria Geral. 23 - Análise do protocolo 3324 referente ao Loteamento "Jardim das Paineiras", no Município de Cotia, tendo como interessada Construtora Sequência Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, CETESB e EMLASA apresentaram exigências técnicas. 24 - Análise do protocolo 3325 referente ao Loteamento "Mirandópolis II", no Município de Mirandópolis, tendo como interessada a Prefeitura Municipal de Mirandópolis. Por solicitação do Representante da CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 24/11/98. 25 - Análise do protocolo 3326 referente ao Condomínio "Santa Felicidade", no Município de Jaboticabal, tendo como interessados Albino Gazotto e Jenny Fernandes Gazzotto. Após discussão o projeto foi indeferido pelo Representante da CETESB. 26 - Análise do protocolo 3327 referente ao Loteamento "Recanto do Tamburi", no Município de Mira Estrela, tendo como interessado José Aparecido Teixeira. Após discussão os Representantes da CETESB e SABESP apresentaram exigências técnicas. 27 - Análise do protocolo 3328 referente ao Loteamento "Residencial Domingos Grechi", no Município de Cerquilha, tendo como interessada Antonia Botechia Grecchi. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB e CESP consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 441/98. 28 - Análise do protocolo 3329 referente ao Loteamento "Vila das Leituras", no Município de Presidente Bernardes, tendo como interessada a Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes. Por solicitação do Representante da CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 1/12/98. 29 - Análise do protocolo 3330 referente ao Conjunto Habitacional "Jacupiranga D2", no Município de Jacupiranga, tendo como interessada a CDHU. Após discussão os Representantes da CETESB e SABESP apresentaram exigências técnicas. 30 - Análise do protocolo 3331 referente ao Conjunto Habitacional "Pedro de Toledo A", no Município de Pedro de Toledo, tendo como interessada a CDHU. Após discussão os Representantes da CETESB e SABESP apresentaram exigências técnicas. 31 - Análise do protocolo 3332 referente ao Loteamento "Jardim Vale Verde", no Município de Osvaldo Cruz, tendo como interessada ACJ Construções Ltda. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB e SABESP consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 442/98. 32 - Análise do protocolo 3333 referente ao Loteamento "Jardim Mariana II", no Município de São José dos Campos, tendo como interessado Toru Sanefuji. Após discussão o Representante da SABESP apresentou exigências técnicas. 33 - Análise do protocolo 3334 referente ao Loteamento "Residencial Funcheli Santin", no Município de Guariba, tendo como interessada S.F. Empreendimentos Imobiliários Ltda. Após discussão o Representante da CETESB apresentou exigências técnicas. 34 - Análise do protocolo 3335 referente ao Loteamento "Residencial Antonio Lopes Dias", no Município de Alfredo Marcondes, tendo como interessada M.M. Incorporadora S/C Ltda. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB e SABESP consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 443/98. 35 - Análise do protocolo 3336 referente ao Loteamento "Residencial Atlanta Park", no Município de Franca, tendo como interessada Nova Esperança Empreendimentos S/C Ltda. Após discussão os Representantes da Procuradoria Geral, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB, CPFL e SABESP consideraram o projeto

aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 444/98. 36 - Análise do protocolo 3337 referente ao Condomínio "Residencial Ferreira & Fernandes", no Município de Guarulhos, tendo como interessado Manuel de Jesus Ferreira. Por solicitação do Representante da CETESB e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 1/12/98. 37 - Assuntos Gerais. Nada mais havendo a ser tratado a Presidente declarou encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata por mim, Maria do Socorro Andrade, Secretário Executivo, que assino após a Presidente. Aprovada na Sessão de 24-11-98.

Comunicado

Em cumprimento ao artigo 2º do Decreto Estadual 33.499 de 10 de julho de 1991, o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB comunica que a partir de Novembro/98, passam a ser Representantes da CPFL, na condição de titular Sylvio Marcondes de Moura e na condição de suplente Nézia Maria Mendonça Jordão.

MEIO AMBIENTE

Secretária: STELA GOLDENSTEIN
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros
PABX: 3030-6000

GABINETE DA SECRETÁRIA**Resolução SMA-80, de 26-11-98**

A Secretária do Meio Ambiente,
Considerando a obrigação do Poder Público de proteger, manter e conservar os ecossistemas relevantes, de modo a assegurar a qualidade ambiental e a sadia condição de vida da população,

Considerando a necessidade de assegurar a preservação do meio ambiente e o uso dos recursos naturais da Zona Costeira, expressamente declarada "patrimônio nacional", pelo § 4º, do art.225, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de iniciar os procedimentos para instituir o Sistema de Gestão, de composição tripartite (Estado, Municípios e Sociedade Civil), com a incumbência de implementar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, conforme indicado na Lei nº10.019/98;

Considerando o resultado das reuniões públicas realizadas, para que a Sociedade Civil da região obtivesse uma proposta de consenso para a escolha de seus representantes; resolve:

Artigo 1º - Criar um Grupo de Trabalho, com a participação igualitária entre os representantes (titulares e suplentes) dos Municípios, da Sociedade Civil e do Governo de Estado com a finalidade específica de elaborar a proposta de decreto de regulamentação do Zoneamento Ecológico-Econômico do setor costeiro Litoral Norte, com a seguinte composição:

I - 8 (oito) representantes do Governo do Estado, indicados pelos respectivos Secretários sendo:

3 (três) representantes da Secretaria do Meio;
1 (um) representante da Secretaria da Saúde;
1 (um) representante da Secretaria da Educação;

1 (um) representante da Secretaria de Esportes e Turismo;

1 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

1 (um) representante da Secretaria dos Transportes

II - 8 (oito) representantes dos Municípios, que indicarão seus respectivos representantes sendo 2 (dois) de cada município que compõe o setor;

III - 8 (oito) representantes da Sociedade Civil organizada, eleitos em reuniões públicas especialmente convocadas para esse fim, sendo dois representantes para cada um dos municípios que compõe o setor.

Artigo 2º - das reuniões públicas de que trata o artigo anterior poderão participar entidades previamente inscritas nas Prefeituras Municipais, conforme critérios e supervisão da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

§1º - para inscrição no cadastro as entidades deverão comprovar sua existência legal e atuação no Setor Costeiro do Litoral Norte.

§2º - As Prefeituras Municipais deverão encaminhar a Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, os nomes dos titulares e suplentes dos seus representantes e dos representantes das entidades eleitas, até o dia 01 de Dezembro de 1998.

Artigo 3º - o Grupo será coordenado por um dos representantes da Secretaria do Meio Ambiente.

Artigo 4º - Quando necessário o Grupo poderá convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões com o objetivo de contribuir nas diretrizes que nortearão o trabalho.

Artigo 5º - o Grupo deverá concluir seus trabalhos sem prejuízo de suas atividades profissionais habituais, preferencialmente dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua instalação, conforme composição dos representantes descrito no artigo 1º.

Artigo 6º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SMA - 59, de 24 de julho de 1998.

Despachos da Secretária, de 25-11-98**Autorizando**

com fundamento no parágrafo 1º, do artigo 2º da Resolução SMA-11, de 19/04/94, artigo 20, inciso II, letra "a" da Lei Estadual nº6.544, de 22/11/89, a doação de 1979 mudas de árvores a CEAM, órgão vinculado à Pasta, no valor de R\$1.979,00 PROCESSO SMA Nº42.850-98

com fundamento no parágrafo 1º, do artigo 2º da Resolução SMA-11, de 19-4-94, artigo 20, inciso II, letra "a" da Lei Estadual nº6.544, de 22-11-89, a